

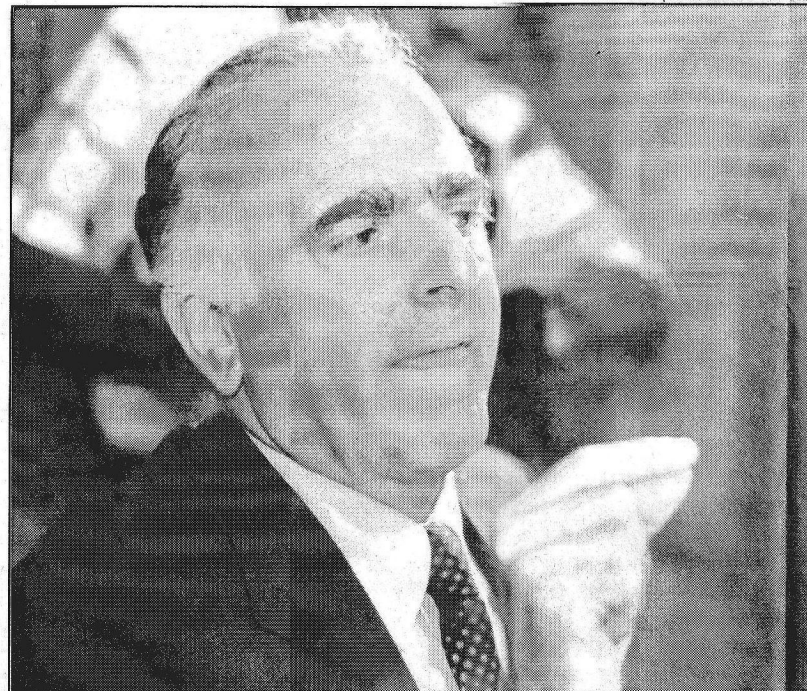
Pedida anulação de 2 vestibulares de medicina

APM quer extinguir cursos de Marília e de Ribeirão Preto; instituto de Santos também pode ser atingido

ROSA LUIZA BAPTISTELLA

A Associação Paulista de Medicina (APM) quer anular os vestibulares dos cursos de medicina realizados no início deste ano pela Universidade de Marília (Unimar) e Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp). O presidente da entidade, Eleuses Vieira de Paiva, protocolou ontem representação na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo contra as duas instituições e a Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), que, por enquanto, não marcou vestibular. O objetivo é acabar com os três cursos.

A APM também solicitou ao Ministério Público a instauração de inquérito policial para apurar a existência de crime. O assessor jurídico da associação Antonio Carlos Mendes entende que, como os cursos não são reconhecidos, os vestibulandos foram enganados, crime previsto no Código do Consumidor. Mendes disse que há ilegalidade porque foram contrariadas normas gerais da União, às quais estaria condicionada a auto-



Paulo Renato: portaria exige parecer do Conselho Nacional de Saúde

nomia universitária.

“Os cursos foram criados sem autorização do Conselho Nacional de Saúde”, justificou. “A necessidade do parecer é assegurado em portaria baixada pelo ministro Paulo Renato Souza, em abril deste ano.” Mendes calculou que, em 30 dias, o Ministério Público pode-

rá se posicionar sobre a representação.

Qualidade — O presidente da APM disse que a preocupação é com a qualidade dos cursos. “O número de médicos formados por ano no Brasil é suficiente para atender a população”, afirmou Paiva. “Temos de melhorar as escolas existentes.”

O Brasil tem 82 faculdades de

medicina. Dos mais de oito mil formados anualmente, ressaltou, 3.500 entram no mercado sem qualificação. Paiva lembrou que até o final do mês as entidades médicas vão entregar ao Ministério da Educação (MEC) um trabalho de avaliação aplicado a 85% das faculdades de medicina do País. “Pelo menos 70% das particulares e 20% das públicas apresentam problemas de adequação do modelo pedagógico”, adiantou.

Supresa — A portaria do ministro Paulo Renato surpreendeu diversas entidades que criaram cursos na área médica após a promulgação da LDB. Os vestibulares, que já estavam programados, foram realizados e os cursos funcionam amparados em liminar. É o caso da Unaerp. O diretor do curso de medicina, José Eduardo Dutra, justificou a criação na LDB.

O reitor da Unimar, Márcio Mesquita, explicou que obteve autorização para funcionamento do curso em 88 e que a instituição tem sentença favorável definitiva da 2ª Vara da Fazenda Nacional de Marília. A pró-reitora acadêmica da Unimes, de Santos, Vera Taboada Raphaelli, disse que está aguardando parecer do Conselho Nacional de Saúde para marcar o vestibular, antes previsto para julho.